

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Edilson Rodrigues/Agência Senado



CAE não marcou a sabatina dos novos diretores do BC

No Congresso, tudo certo como dois e dois são cinco

Embora o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tenha marcado a aprovação no plenário para até o dia 14 de dezembro, na terça-feira (3), a sabatina dos três novos diretores do Banco Central ainda não tinha sido marcada na Comissão de Assuntos Econômicos. O dia 14 é o sábado da semana que vem, o que significa que, para acontecer, teria de ser antes desse

dia. E os nomes de Nilton David (diretor de Política Monetária), Izabela Correia (Relacionamento Institucional) e Gilneu Vivan (Regulação) só podem ser avaliados no plenário havendo antes a sabatina. E, mantido o rito normal, com o costumeiro tempo de beija-mão (visitas anteriores aos gabinetes dos senadores). É, portanto, menos de uma semana para que tudo aconteça.

Dá tempo

No Senado, avalia-se que, em princípio, dá tempo, ainda que tenha ficado muito. Mas o fato de a sabatina não ter sido ainda marcada é mais um dos diversos sinais de paralisia por conta dos maus humores no relacionamento do Legislativo com os demais poderes.

Orçamento

O Senado vivia na terça a expectativa de que pudesse vir a ser liderada pela Câmara uma nova rebelião parlamentar em torno da forma como o Supremo Tribunal Federal estabeleceu as regras para liberar as emendas. Isso também preocupou o governo.

Reprodução vídeo



Vídeo da Marinha reclamou de corte de "privilégios"

Polêmicas dão argumentos para adiamentos

Parlamentares reclamam que a forma estabelecida por Flávio Dino não foi exatamente a combinada. As condições ficaram mais restritas. E, aí, o clima pode azedar. O que se comenta é que Dino teria ajustado a coisa à forma mais desejada pelo governo. Ao levar assim a questão para o pleno do STF, teria envolvido os demais

ministros numa armadilha. Ainda que seja meio complicado o Congresso esboçar uma reunião porque quer que a liberação de dinheiro público seja menos transparente, não adianta brigar com a realidade. Esse é o clima. Como a pauta em si já é polêmica, argumentos para eventuais adiamentos não faltariam.

Oito dias

Na prática, o Congresso quer finalizar tudo até 20 de dezembro, a sexta antes do Natal. Oito dias úteis somente, portanto. E, no caso do pacote fiscal e do corte de gastos, a tramitação envolve uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Que não foi bem recebida.

Clima

Mesmo com relação ao pacote de gastos, a aceitação não foi boa desde a semana passada. Logo que foi anunciado, parlamentares naturalmente começaram a ouvir suas fontes no mercado financeiro. E viram logo que a reação não foi boa. Ninguém iria avaliar.

Interstícios

Na sua tramitação normal, as PECs prevêem interstícios. Ou seja, prazos regimentais que têm de ser respeitados. A não ser que haja acordo para que sejam quebrados. Acordos desse tipo implicam haver um bom clima de entendimento e boa vontade da oposição.

Militares

Na oposição, pesa ainda a reação militar. Com coisas como o vídeo da Marinha. Os militares deverão ser alvos de cortes, e chegou-se a falar em corte de "privilégios" das corporações. O vídeo mostra cenas da "vida dura" de marinheiros. "Privilégio? Vem pra Marinha".

Corte de Gastos tramita com versão paralela

Expectativa é que urgência seja aprovada na quarta-feira

Lula Marques/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Após o governo divulgar o novo pacote fiscal, o Congresso Nacional recebeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024 que traz as medidas restantes do pacote de corte de gastos. O texto foi enviado pelo Ministério da Fazenda na noite de segunda-feira (2). Nesta terça-feira (3), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), encaminhou o texto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, que designará um relator para a medida.

Dentre as mudanças propostas está a restrição gradual do acesso ao abono salarial de trabalhadores que contribuem com o pagamento do Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A medida garante abono salarial a funcionários contratados por carteira assinada ou servidores públicos que recebam até dois salários-mínimos mensais, atualmente cotado em R\$ 2.640.

A partir de 2026, o valor será reajustado baseado na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em outras palavras, o valor deixará de incorporar o ganho de salário-mínimo. Na prática, a medida passará por uma redução de um salário-mínimo e meio.

O consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Paulo Bijos avaliou que a redução gradual do acesso ao abono salarial não é uma solução adequada. "O abono salarial tem uma potência muito reduzida para a redução de desigualdades. Isso é simples de entender. Se alcança quem já está contemplado pela atividade produ-



Lira encaminhou a PEC para a CCJ e urgência deve ser votada

tiva, realmente não são os mais hipossuficientes", afirmou em entrevista à rádio Câmara.

Projetos do pacote

Além da PEC, as medidas do pacote fiscal foram divididas em outros dois projetos, um projeto de lei (PL) e um projeto de lei complementar (PLP).

Na última semana, o governo encaminhou ao Congresso o PL 4614/2024, que altera os ajustes do salário-mínimo ao limite do arcabouço fiscal. Com isso, o projeto propõe que o salário-mínimo continue crescendo acima da inflação, mas limitado a um crescimento entre 0,6% a 2,5%. Atualmente, o salário-mínimo é reajustado pelo INPC mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro de dois anos atrás. Portanto, caso o PL seja aprovado da forma que se encontra, o reajuste limitado ao arcabouço fiscal permanecerá até 2030.

O PL 4614 ainda impõe um

penúltimo nos beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios e seguridades sociais da atualização do Cadastro Único (CadÚnico).

Além disso, o governo também encaminhou o PLP 210/2024 que altera o arcabouço fiscal e "institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico". A medida autoriza o Executivo a limitar o uso de créditos tributários em caso de suposto déficit nas contas públicas.

O PLP ainda permite que o governo faça o bloqueio e o contingenciamento de emendas parlamentares até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias – ambos limitados a 15% do valor. A recente Lei Complementar 210/2024, que altera as regras de transferência das emendas

parlamentares, estabelecia o contingenciamento dos recursos, mas não o bloqueio.

PEC paralela

Paralelamente aos projetos do governo, parlamentares da oposição articulam uma PEC que determina acabar com o abono salarial a partir de 2032, reduzindo imediatamente o acesso para quem ganha até um salário-mínimo. A medida está sendo desenvolvida pelos deputados federais Julio Lopes (PP-RJ), Kim Katagiri (União-SP) e Pedro Paulo (PSD-RJ).

Para o consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Ricardo Volpe, em entrevista à Rádio Câmara, essa PEC paralela é mais interessante que o projeto do governo em reduzir o abono salarial de dois salários-mínimos para um e meio.

De acordo com o consultor, a medida considera um eventual envelhecimento da população.

Exigências de Dino com emendas desagradam

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino liberar as emendas parlamentares com ressalvas, parlamentares se manifestaram contra as exigências do magistrado. Preocupado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a se mobilizar. Foi ao STF, e informou ao Congresso que se empenharia para que a decisão fosse alterada. Esse impasse pode ser usado como trava no andamento dos projetos e da proposta de emenda à Constituição (PEC) que determinam as medidas do governo de corte de gastos. Diante disso, pressionando principalmente pelo Centrão, o governo liberou nesta terça-feira (3) o valor de R\$ 7,8 bilhões em emendas parlamentares. Os recursos estavam travados desde agosto, por determinação de Dino.

Os parlamentares não se mostraram satisfeitos com as ressalvas impostas por Flávio Dino. Por exemplo, o magistrado determinou que a destinação de emendas para a área da saúde ficará condicionada ao atendimento de orientações e critérios técnicos indicados pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS) e fixados pelas Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite. Citando o caso, parlamentares alegam que as exigências aumentam a



Lula disse que se empenhará para que STF mude decisão

burocracia para a liberação de emendas, principalmente as emendas de transferência especial (emendas pix).

Durante a reunião-almoço da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), nesta terça-feira, o candidato à presidência da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que as mudanças das emendas parlamentares foi um acordo conjunto entre os três poderes e espera que ele seja cumprido.

"Entendemos que o Congresso cumpriu a sua parte, o Executivo sancionou a lei e agora esperamos que o Judiciário,

através do ministro Flávio Dino, possa fazer o destravamento do orçamento para que possamos ter o andamento fluindo de maneira normalizada", disse. "Com relação às prerrogativas, o Congresso não negocia esta questão. Esse é um ponto claro: não abriremos mão para negociar esses termos. O Legislativo deve ser respeitado pelo seu tamanho e será assim que conduziremos a Casa, caso eleitos", completou.

Negociações

Em meio às negociações para tentar aprovar os projetos e definir o orçamento para

2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exonerou temporariamente os ministros Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Celso Sabino (Turismo) e André Fufuca (Esportes). A medida visa liberá-los para retornar ao Congresso Nacional para tratarem da PEC dos cortes fiscais e das emendas referentes a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (3).

Carlos Fávaro retorna ao Senado Federal e André Fufuca e Celso Sabino voltam à Câmara dos Deputados. O retorno dos parlamentares visa buscar apoio nas pautas econômicas do governo, especialmente com votos do Centrão. Eles retornarão a seus respectivos cargos no poder Executivo quando finalizarem as atividades que desejam fazer como congressistas.

Reforma tributária

O governo também tem pressa em aprovar a reforma tributária. Na terça-feira (3), o relator do primeiro texto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024), senador Eduardo Braga (MDB-AM), se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutirem sobre o projeto.

Em princípio, Braga deverá ler seu relatório nesta quarta-feira (4).